

EDUARDO BOLSONARO O GOLPISTA



STF abre inquérito contra Eduardo Bolsonaro por atuar com o governo Trump para pressionar por sanções contra Moraes. Ação pode configurar crime contra o Estado Democrático de Direito e abrir crise diplomática.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 27 de maio de 2025 Nº 191

Inquérito no STF mira Eduardo Bolsonaro por ataques à soberania brasileira

As acusações que cercam Eduardo Bolsonaro

Paulo Nogueira Batista Jr.: “Países precisam limitar o poder do capital financeiro.”

Atividade econômica cresce no 1º trimestre e consolida retomada



» PROGRAMA
Reconexão Periferias
exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe,
Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

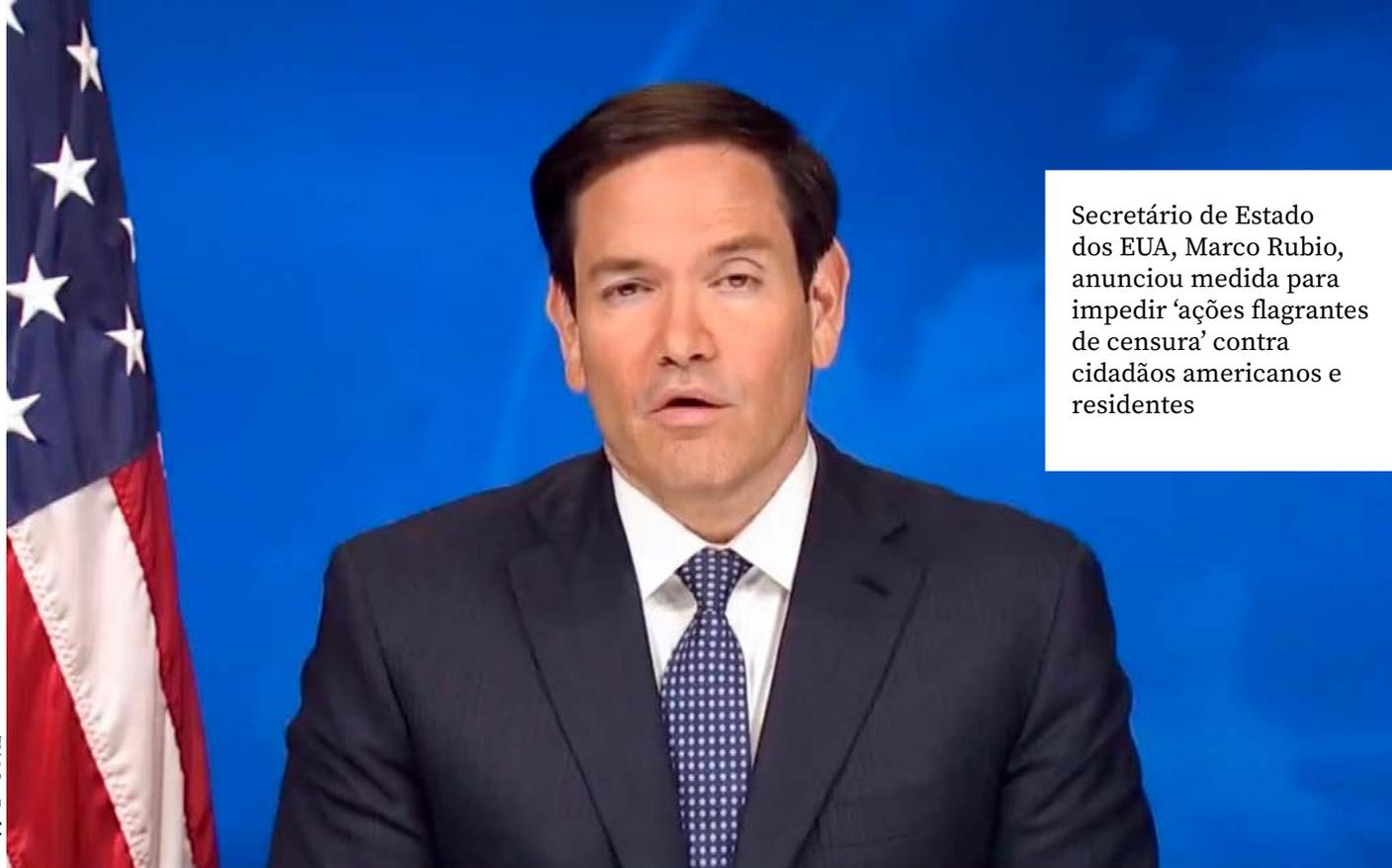
Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, anunciou medida para impedir 'ações flagrantes de censura' contra cidadãos americanos e residentes

Soberania

A atuação de Eduardo Bolsonaro nos EUA para tentar punir Moraes com base na legislação americana levou a PGR a pedir investigação ao STF. Ação pode configurar coação e ameaça à soberania, afirma a OAB. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

O parlamento sequestra o orçamento e constrange o presidencialismo

pág. 04

CAPA

Inquérito no STF mira Eduardo por ataques à soberania brasileira

pág. 05

ENTREVISTA

“Os países precisam se reunir para coibir o poder do capital financeiro globalizado” - Paulo Nogueira Batista Jr.

pág. 09

ECONOMIA

Atividade econômica cresce 1,3% no 1º trimestre e consolida retomada

pág. 15

ARTIGO

A falácia do IOF e a urgência da justiça fiscal: por que taxar o mercado é necessário?

pág. 17

POLÍTICA

Debate e ato político marcam nova apresentação da pesquisa “As Classes Trabalhadoras”

pág. 19

Marina Silva é atacada por senadores em comissão; “fui

agredida”, afirma ministra

pág. 22

PT

PT aciona Conselho de Ética da Câmara pela cassação de Eduardo Bolsonaro, diz Lindbergh

pág. 23

5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres tem site oficial no ar

pág. 24

INTERNACIONAL

Lula condena violência em Gaza e classifica ações como “vingança”

pág. 25



O parlamento sequestra o orçamento e constrange o presidencialismo

Diretor da FPA, Alberto Cantalice, analisa como o Congresso distorceu o presidencialismo: ‘É um golpe continuado contra a vontade popular do plebiscito de 1993’

Alberto Cantalice

Em plebiscito realizado em 21 de abril de 1993, a população, chamada a se pronunciar sobre o sistema de governo - presidencialismo versus parlamentarismo - decidiu por 54,7% a 24,9% pela manutenção do presidencialismo. Desde então, instituiu-se uma espécie de “presidencialismo de coalizão”, já que a pulverização do quadro partidário brasileiro dificultava significativamente a formação de maiorias parlamentares.

Foi nesse contexto, como subproduto da maioria conservadora constituída na Constituição de 1988, que surgiu a figura do Centrão: uma mistura de oligar-

cas, fisiológicos e herdeiros da recém-extinta ditadura, que se agruparam no Congresso Nacional com o objetivo de, através do Parlamento, obstruir os avanços sociais conquistados pelas lutas populares e em grande parte garantidos na Constituição Cidadã.

Esse agrupamento foi chamado de “chupins de gabinete” pelo então presidente Itamar Franco, devido à sua obsessão por nomeações e sua peregrinação pela Esplanada em busca de verbas públicas. Foi dessa prática que o então deputado federal Roberto Cardozo Alves cunhou a expressão “é dando que se recebe” - uma paródia grosseira de um princípio de Francisco de Assis.

A aliança de maioria formada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB com PFL e PMDB) inicial-

mente reduziu o ímpeto desse grupo, que ressurgiu com força durante a votação da proposta de reeleição de FHC.

Eleito com grande votação no segundo turno, em aliança com PL, PCdoB, PSB e PDT, Lula acabou por buscar no Centrão uma alternativa para romper o cerco do “mercado” e as dificuldades de diálogo com os setores articulados em torno da candidatura de José Serra. As consequências negativas dessa aliança são amplamente conhecidas.

Na fase atual do processo político brasileiro, a influência desse grupo tornou-se evidente com a transferência do orçamento para o Congresso promovida pelos governos Temer e Bolsonaro. O primeiro, para custear o impeachment da presidenta Dilma Rousseff; o segundo, para se livrar de pressões e incluir militares no governo. Essa situação resultou no absurdo do orçamento secreto - inconstitucional desde sua criação e marcado por polêmicas devido à falta de transparência entre Legislativo e STF.

Esse legado, herdado pelo governo Lula III, prejudica sua gestão e cria um ambiente ambíguo: o Legislativo usurpa as funções do Executivo e derruba vetos indiscriminadamente, assumindo em muitos casos tanto o papel de legislador quanto de executor.

Essa situação concreta representa uma clara distorção da vontade popular manifestada no plebiscito de 1993. Na prática, significa a implantação de um semipresidencialismo sem base constitucional ou consulta à população. É um golpe em curso.

A desconsideração pelos anseios populares não é novidade na história política brasileira - daí nosso histórico de golpes e quarteladas. Mas presenciar essa repetição em tempo real, ao vivo e a cores, é algo inédito na República. É um péssimo sinal. ■



LONGA DATA - O então presidente dos EUA Donald Trump cumprimenta o deputado federal brasileiro Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, em encontro na Casa Branca em 2019

Inquérito no STF mira Eduardo por ataques à soberania brasileira

Eduardo Bolsonaro é investigado por instigar sanções dos Estados Unidos contra o ministro Alexandre de Moraes. A Procuradoria-Geral da República vê indícios de crime e o STF autorizou a abertura de inquérito. Caso pode se tornar crise diplomática

A decisão do Supremo Tribunal Federal de abrir um inquérito contra o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) inaugura um novo estágio da crise institucional brasileira, com potencial de se tornar um impasse diplomático entre Brasil e Estados Unidos. O pedido partiu da Procuradoria-Geral da República e foi aceito pelo ministro Alexandre de Moraes, que autorizou a Polícia Federal a investigar a conduta do parlamentar. Os fatos apontam para a possível prática de três crimes graves: coação no curso do processo, obstrução de investigação

de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Enquanto vive nos EUA, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro tem atuado politicamente para pressionar o governo republicano de Donald Trump a impor sanções contra autoridades brasileiras, especialmente contra Moraes. As ações têm sido documentadas por parlamentares e podem ser interpretadas como ofensiva direta ao sistema de Justiça do Brasil, com o agravante de envolver potência estrangeira.

Procuradoria vê tentativa de pressão internacional contra o STF

A atuação de Eduardo, segun-

do o procurador-geral Paulo Gonet, intensifica-se à medida que avançam as investigações sobre a tentativa de golpe de 2022, da qual seu pai é um dos principais alvos. Em manifestação ao STF, Gonet aponta a “real possibilidade de imposição de sanções” contra o ministro Moraes, com base em articulações feitas pelo parlamentar nos EUA. O próprio Eduardo teria se referido às possíveis sanções como “pena de morte financeira” contra o magistrado. Os encontros mantidos com integrantes do governo Trump nos últimos meses fazem parte do foco da apuração.

A Polícia Federal foi autorizada a colher o depoimento de Eduardo, do ex-presidente Jair Bolso-

naro, apontado como financiador da estadia do filho nos Estados Unidos, e do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que afirma ter reunido provas desses contatos. Moraes determinou ainda a preservação das redes sociais de Eduardo, que podem conter elementos relacionados à tentativa de incitação contra o Judiciário e ao estímulo à interferência externa em decisões internas brasileiras.

Secretário de Estado norte-americano ameaça Moraes

Na última semana, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, declarou que “há uma grande possibilidade” de o governo Trump aplicar sanções contra Moraes. Ele citou a Global Magnitsky Act, legislação dos EUA que permite punir estrangeiros por supostas violações de direitos humanos. Se aplicada, a sanção impediria a entrada do ministro em solo americano, congelaria seus bens e o proibiria de realizar transações com cidadãos ou empresas dos EUA.

A fala provocou forte reação no Brasil. Em nota pública, a Ordem dos Advogados do Brasil repudiou a ameaça de sanção, classificando-a como “violação à soberania nacional”. O texto, assinado por Marcus Vinícius Furtado Coêlho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB, afirma que apenas o Brasil tem legitimidade para responsabilizar seus próprios agentes públicos. A entidade também alertou que sanções como essa interferem diretamente no funcionamento independente do Judiciário e colocam em risco o equilíbrio entre os Poderes.

PT apresenta dossiê de articulações feitas por

Eduardo nos EUA

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, informou que está finalizando um dossiê que será entregue à Polícia Federal. O documento, segundo ele, reúne registros de encontros entre Eduardo Bolsonaro e autoridades do governo Trump em que foram discutidas sanções contra o ministro Alexandre de Moraes. A iniciativa faz parte de um esforço para identificar o grau de envolvimento de

Atuação de Eduardo Bolsonaro nos EUA, para pressionar por sanções contra Moraes, leva STF a abrir inquérito a pedido da PGR. OAB vê ameaça à soberania nacional

figuras públicas brasileiras em estratégias internacionais contra instituições do país.

O deputado afirmou que a tentativa de Eduardo de instigar retaliações por parte dos EUA contra o Supremo Tribunal Federal é “o tipo mais perigoso de traição à pátria”, pois combina ação deliberada para enfraquecer as instituições com o uso da máquina política de uma potência estrangeira para atacar o Estado de Direito

brasileiro. A apresentação do dossiê à PF deverá ocorrer nos próximos dias, e o material será anexado ao inquérito aberto no STF.

PGR vê possível prática de três crimes contra a democracia

As condutas descritas na petição da PGR podem se enquadrar em três crimes distintos. O primeiro é coação no curso do processo, que se refere ao uso de violência ou grave ameaça contra autoridade, parte ou testemunha, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. O segundo, obstrução de investigação que envolva organização criminosa, prevê pena de três a oito anos de prisão, além de multa. O terceiro, considerado o mais grave, é a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, prevista no artigo 359-L do Código Penal, cuja pena varia de quatro a oito anos de prisão, acrescida da pena correspondente à violência utilizada.

A abertura do inquérito não implica imputação automática desses crimes ao deputado, mas sinaliza que, na visão do Ministério Público, há elementos iniciais suficientes para justificar a investigação. Ao fim da apuração, o procurador Paulo Gonet poderá oferecer denúncia ou pedir o arquivamento do caso, caso não se confirmem os indícios.

Tentativa de internacionalizar o golpismo acende alerta institucional

O inquérito também poderá esclarecer se a atuação de Eduardo faz parte de um movimento coordenado, que teria como objetivo reverter, por vias ilegítimas, o cerco judicial imposto a integrantes

da cúpula bolsonarista. O envolvimento direto do ex-presidente como mantenedor da estadia do filho fora do país e o uso de plataformas e contatos internacionais para atacar instituições brasileiras indicam que a radicalização política segue em curso.

Se comprovadas as articulações de Eduardo para sancionar Moraes com base em uma lei estrangeira, o Brasil enfrentará um caso sem precedentes na história recente, em que um agente político nacional busca apoio internacional para constranger ou punir membros do Poder Judiciário. Trata-se de uma afronta à soberania e aos princípios constitucionais que regem a separação entre os Poderes.

Defesa da República exige resposta firme, legal e democrática

Mais do que uma disputa política ou um episódio isolado, o caso Eduardo Bolsonaro pode se consolidar como uma tentativa concreta de subverter o pacto democrático brasileiro por meios externos. A colaboração entre setores da extrema direita nacional e forças políticas internacionais levanta o alerta sobre a necessidade de defesa das instituições por vias legais, firmes e transparentes.

O país precisa reagir não apenas com indignação, mas com firmeza institucional e coesão entre seus Poderes. Permitir que disputas judiciais sejam transformadas em instrumentos de chantagem internacional não apenas enfraquece o Judiciário, mas compromete a integridade da República. Ao autorizar a investigação, o Supremo Tribunal Federal cumpre seu papel de zelar pela ordem constitucional. Caberá às instituições seguir com serenidade, rigor técnico e coragem democrática. ■



Currículo cheio: as acusações que cercam Eduardo Bolsonaro

Deputado licenciado, filho do ex-presidente é investigado por envolvimento em desinformação, articulações internacionais e conflitos judiciais

Henrique Nunes

Eduardo Bolsonaro, deputado federal licenciado e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, tem sido alvo de diversas controvérsias e acusações recentes, que vão da disseminação de desinformação a conflitos judiciais com figuras públicas.

Esses episódios evidenciam a crescente tensão entre Eduardo Bolsonaro e as instituições brasileiras, além de seu envolvimento com redes de desinformação e disputas judiciais. Sua mudança para os Estados Unidos e a consequente perda da imunidade parlamentar podem influenciar direta-

mente o curso desses processos.

A seguir, um resumo dos principais episódios:

Renúncia ao mandato e ida aos EUA

Em março de 2025, Eduardo Bolsonaro anunciou sua renúncia ao cargo de deputado federal e sua mudança para os Estados Unidos. Alegou temer perseguição política e afirmou que, a partir do exterior, buscaria justiça contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, além de promover a anistia dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A decisão foi tomada pouco antes de o STF julgar a possível responsabilização de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.



LÁGRIMAS - Após solicitar a licença do mandato como deputado federal para continuar nos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) chorou ao comentar a possibilidade de “nunca mais ver seu pai”, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

Ações judiciais por calúnia e difamação

Diversas figuras públicas moveram ações judiciais contra Eduardo Bolsonaro por postagens ofensivas ou pela disseminação de informações falsas.

Daniela Mercury, Tabata Amaral, os irmãos Abraham e Arthur Weintraub e a empresária Vanessa Moreira processaram o deputado por calúnia e difamação. Em um dos casos, Tabata Amaral acusou Eduardo de divulgar fake news ao insinuar que um projeto de sua autoria beneficiaria o empresário Jorge Paulo Lemann.

Os irmãos Weintraub, por sua vez, apresentaram uma queixa-crime ao STF após serem xingados por Eduardo nas redes sociais.

Envolvimento com desinformação e fake news

Eduardo Bolsonaro tem sido associado a várias iniciativas de desinformação.

Durante a pandemia de COVID-19, foi citado no relatório final da CPI da Pandemia como “articulador de financiamentos para sites que desinformaram”, tendo intermediado contatos entre o blogueiro Allan dos Santos e o empresário Luciano Hang.

Em 2023, investigações revela-

**Renúncia ao
mandato, ida
aos EUA e perda
da imunidade
parlamentar
aumentam os
riscos jurídicos
enfrentados
por Eduardo
Bolsonaro**

ram sua ligação com o argentino Fernando Cerimedo, conhecido por espalhar fake news sobre processos eleitorais. Eduardo contratou um funcionário de Cerimedo para sua campanha e participou de eventos organizados por ele.

Já em 2024, foi apontado pelo governo federal como disseminador de desinformação sobre as enchentes no Rio Grande do

Sul, ao lado do senador Cleitinho Azevedo e do influenciador Pablo Marçal.

Articulação internacional com a extrema-direita

Eduardo Bolsonaro participou de mais de 125 reuniões com lideranças da extrema-direita nas Américas, incluindo figuras como Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump. Essas articulações tinham como objetivo contestar o resultado das eleições brasileiras de 2022 e promover narrativas de fraude eleitoral.

Multa por propaganda eleitoral enganosa

Em maio de 2023, Eduardo Bolsonaro foi multado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), junto a outros parlamentares, por divulgar um vídeo descontextualizado que associava o slogan “Faz o L” a incentivos ao uso de drogas e à criminalidade. A propaganda buscava prejudicar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022.

Bancado pelo pai

O apoio financeiro de Jair Bolsonaro ao filho veio à tona após o ex-presidente declarar publicamente que arcaria com os custos da estadia de Eduardo nos Estados Unidos, após sua licença do mandato sob alegação de perseguição política. Bolsonaro afirmou ainda ter recebido ofertas de doações de apoiadores para ajudar na manutenção do filho no exterior.

A declaração foi feita em meio à repercussão de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontou o recebimento de R\$ 17,1 milhões via Pix por Jair Bolsonaro entre janeiro e julho de 2023. As transferências foram atribuídas a campanhas de arrecadação promovidas por seus apoiadores para o pagamento de multas judiciais. ■

“Os países precisam se reunir para coibir o poder do capital financeiro globalizado”

Ex-diretor do FMI e dos BRICS, Paulo Nogueira Batista Jr. critica a atuação do governo na diplomacia multilateral e defende uma política externa com mais soberania e poder de barganha para o Brasil

Fernanda Otero

Receber críticas faz parte do debate público, e o economista Paulo Nogueira Batista Jr. tem plena consciência disso. “É muito fácil eu, aqui sentado, tranquilo, apontar o caminho e criticar determinadas situações”, afirma. Crítico da atuação diplomática do governo brasileiro nos BRICS e das posturas recentes do Itamaraty, ele fala com a autoridade de quem colabora com o Partido dos Trabalhadores desde a década de 1990. Suas sugestões partem do princípio de que o Brasil deve se afirmar como uma nação mais autônoma, com um robusto “poder de barganha” para conquistar resultados mais vantajosos no cenário internacional.

Sua trajetória demonstra que nunca se omitiu, mesmo quando ocupava cargos de alto escalão.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 2017, após ser dispensado por Michel Temer, declarou: “Impeachment sem configuração de crime de responsabilidade ou de crime comum é golpe.” Não tem “receio de ficar isolado”. E o tempo, segundo ele, demonstrou que estava certo.

Reconhecendo o Brasil como um dos maiores países do mundo e um aliado estratégico da China, sua análise da conjuntura vai além da crítica pontual. Ele considera que a visita do presidente Lula à China representou um movimento relevante para reposicionar o Brasil internacionalmente, sobretudo diante da crescente necessidade chinesa de apoio externo. A China, afirma, “é o principal alvo do governo Trump, isso está escancarado. Ela tem que buscar apoio, sinergias, relacionamentos com outros países, entre os quais o maior da América Latina e um

dos maiores do mundo, que é o Brasil”.

Experiência internacional e publicações

Foi diretor executivo no FMI (2007–2015) e vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, criado pelos BRICS (2015–2017), de onde foi demitido por Michel Temer em meio a um processo que ele classifica como *lawfare*. Atuou também no governo federal nos anos 1980 e lecionou na FGV por quase duas décadas.

É autor de livros como *O Brasil não cabe no quintal de ninguém* (2019), que mistura memórias de sua atuação internacional com reflexões sobre nacionalismo e desenvolvimento.

- **Gostaria de começar perguntando sobre a visita do presidente Xi Jinping à presidenta Dilma no NDB, no mês passado, que**



pode ser compreendida como, além de um gesto de cordialidade por parte dele, uma demonstração de prestígio dela. Como o senhor avaliou esse encontro?

- É uma notícia importante para o banco, importante para Dilma. E por quê? O presidente Xi Jinping é o presidente do país que sedia o banco, daí a importância que eles atribuem ao banco, e só por isso Xi Jinping se dispôs a visitar a instituição. Mas, antes de Dilma ser presidente, Xi Jinping nunca tinha visitado o banco, o que mostra que Dilma, como ex-presidente, elevou o status do banco. Isso não significa que a gestão dela esteja ótima ou alcançando muitos resultados práticos. Mas politicamente, ela colocou o Novo Banco de Desenvolvimento no mapa mundial, desempenhando um papel importante.

- Eu gostaria de abordar alguns assuntos que o senhor tem tratado, é um assunto que, para mim, tem muita importância é sobre a ditadura dos mercados financeiros. Como ele se mani-

esta no contexto brasileiro? O senhor acha que ele pode ser explicado na teoria do *tecnofeudalismo* do Yanis Varoufakis?

- Olha, essa expressão “ditadura do mercado financeiro” é muito verdadeira. Você tem hoje no mundo um número pequeno de agentes financeiros, grandes fundos, grandes bancos, que possuem um poder desproporcional e conseguem intimidar os governos, até mesmo os governos mais poderosos, como o governo de Donald Trump dos Estados Unidos, que dizer de países mais vulneráveis. Então, do ponto de vista, digamos assim, utópico, seria importante que os países se reunissem para coibir o poder desse capital financeiro globalizado, internacionalizado e livrar os países da ditadura desses mercados. Enquanto isso não acontece, o Brasil não pode ficar de braços cruzados esperando que o mundo resolva controlar.

O governo Lula é até um pouco inerte, mas não é nem esse o problema principal, o problema principal é que você tem que to-

mar medidas. Essa é a exigência fundamental. E uma medida possível para amenizar essa ditadura do mercado financeiro tem a ver com o tema anterior, que é a China. Por que o Brasil não negocia com a China a colocação de títulos públicos brasileiros em investidores chineses públicos? Na China não existe essa história de capital privado financeiro; ela nunca deu espaço para isso no seu sistema econômico. Seria interessante... Porque, veja, sendo um pouco mais preciso, essa conversa já começou entre o governo brasileiro e o governo chinês. Desde o final do ano passado e início de 2025. Mas eu creio que ela só vai avançar mais agora, porque a China precisa mais do Brasil, pois ela é o principal alvo do governo Trump, isso está escancarado. E ela tem que buscar apoio, sinergias, relacionamentos com outros países, entre os quais o maior da América Latina e um dos maiores do mundo, que é o Brasil. Então, o Brasil tem poder de barganha para hoje pleitear junto aos chineses, que se inicie um processo pelo qual os

chineses, em vez de ficarem comprando títulos públicos americanos, arriscados e rendendo pouco, comprem títulos brasileiros e, com isso, obtenham rendimentos mais altos, ainda que com risco um pouco maior.

- O senhor acha que isso se reflete nessa visita recente do presidente Lula, que fechou vários acordos com a China? Como é que o senhor avaliou, inclusive, essa visita do presidente Lula à China recentemente?

- Não sei se esse tema que eu acabei de mencionar foi tratado lá, eu ouvi boatos de que havia sido, mas nenhuma informação firme. A visita foi boa, foi muito importante que o presidente brasileiro tenha ido à Rússia e depois à China, marcando uma posição importante para o Brasil no cenário internacional. Basta dizer o seguinte: a China é a maior economia do mundo. Já é, há algum tempo, substancialmente maior que a economia americana em termos de paridade de poder de compra, que é o critério mais defensivo de comparação dos PIBs há muito tempo já, e agora a margem cresceu muito. Então, a maior economia do mundo, é o país com o maior comércio exterior no mundo. Portanto, o Brasil faz bem em se relacionar de maneira mais intensa com esse país, que aliás, oferece coisas concretas: projetos de investimento, em infraestrutura, em energia, em outras áreas. Eu só acho o seguinte, não vale a pena nós absorvermos o capital chinês para comprar ativos que já existem no Brasil. Eles têm que entrar com projetos novos, criando capacidade adicional nova. E, de novo, o Brasil tem poder de barganha hoje, que não tinha há seis meses, há um ano, para obter relações melhores com a China. Não vamos esquecer que a China tem conosco uma relação meio colonial, porque nós exportamos

produtos primários para lá, soja, minério de ferro etc. e importamos produtos industrializados da China. E essa relação precisa ser modificada, negociada de forma a produzir um resultado melhor para o Brasil.

- Como é que a autonomia dos mercados financeiros ameaça uma soberania nacional? E por que controlar os capitais pode ser sugerido como uma possível solução para países como o Brasil?

“Os países precisam se reunir para coibir o poder do capital financeiro globalizado, que hoje dita as regras até para governos democráticos”

- A China nunca deixou de controlar os movimentos de capital, e essa é uma das razões fundamentais do seu sucesso. Já o Brasil, no governo de quinta categoria, chamado governo Fernando Henrique Cardoso, liberalizou a conta de capitais e tornou o Brasil muito mais vulnerável à entrada e saída de capital externo de residentes e não residentes. Qual é o problema? Por isso é que economistas

como eu, lá nos anos 90, quando Fernando Henrique Cardoso e seu bando estavam fazendo essas barbaridades, dizíamos: não façam isso, porque, se o fizerem, vai ser difícil reverter. Você dá um privilégio ao capital de entrar e sair a qualquer momento e tenta depois barrar esse privilégio. Então, agora estamos nessa situação criada por eles. E o governo Lula não fez nada, nem no Lula I, nem no Lula II, nem no Lula III, para coibir essas mudanças. Por quê? Porque é difícil e porque falta convicção e coragem na área econômica dos governos. Eu sei que não é fácil. É muito fácil para mim aqui sentado, tranquilo, mostrando para você, dizendo: controle os movimentos de capital. Mas é necessário para que o Brasil tenha mais autonomia como nação, não é? Para não ficar sujeito a essa ditadura do mercado financeiro nacional e internacional a que você se referiu antes.

- Ainda nessa questão internacional, queria falar um pouco sobre a crise do dólar, a erosão do dólar, que o senhor tem chamado de desordem do dólar. É fato que isso não começou com o retorno do Donald Trump, mas a volta dele agravou o cenário desse momento. Se o dólar perdesse a sua hegemonia, quais seriam as consequências para a economia global e quais alternativas para o dólar como uma moeda de reserva global?

- Olha, as alternativas para o dólar como moeda de reserva são basicamente o euro, em tese, o euro, o iene, a libra esterlina, a moeda chinesa, o renminbi e o direito especial de saque. Não vejo o dólar perdendo terreno, está sofrendo uma erosão, para usar a sua palavra. Mas essa erosão não é tão rápida assim. Embora Trump tenha acelerado essa erosão, ela vai se estender por muito tempo, porque os arranjos mone-



tários têm muita inércia, os países e as empresas não se livram facilmente do apego a uma moeda. O que poderia ser feito para criar alternativas? Uma, os chineses já estão fazendo. Os chineses já estão preparando, com seu profissionalismo e sua capacidade estratégica, todo um conjunto de passos para criar um sistema alternativo ao dólar. Isso já está em andamento. Agora, do nosso ponto de vista, nosso, de um Brasil e outros BRICS, exceto a China, seria melhor construir uma alternativa plurilateral ao dólar e não outra alternativa nacional, que seria a moeda chinesa. Essa alternativa plurilateral precisaria ser constituída no âmbito dos BRICS ou de um subconjunto dos BRICS. Pergunta-se se o governo brasileiro, o governo Lula, que tem a presidência do Brasil nos BRICS em 2025, está fazendo algo. Que eu saiba, nada. Pode ser que estejam acontecendo coisas ocultas, que eu não tenha conhecimento, e espero que sim, mas não há sinais disso, infelizmente. Então, estamos engatinhando, e esse engatinhar se deve em parte à incapacidade dos governos, inclusive do brasileiro, de testar os limites do possível.

- **Nesse cenário mundial que**

vivemos de incertezas, de conflitos e até uma nova aproximação do Reino Unido com a Europa, o senhor acha que o BRICS poderia ter um papel mais efetivo de construir esse novo cenário, essa nova possibilidade?

- Existem duas dificuldades: uma é que os BRICS têm uma tradição problemática, que é resolver por consenso, entendido como unanimidade. Isso já era um problema quando tínhamos apenas cinco membros. Agora, com 10 ou 11, se considerarmos a Arábia Saudita, fica mais difícil alcançar um consenso. Então, qual é a situação? Um país que se opõe a uma determinada iniciativa tem mais peso do que o apoio dos outros dez ou nove, pois todo e qualquer membro do grupo possui poder de veto quando a unanimidade é exigida. Portanto, para que os BRICS possam avançar, seria preciso reavaliar essa forma de resolver questões dentro do grupo, papel para a presidência brasileira em 2025. Durante a presidência russa dos BRICS em 2024, um passo nessa direção já foi dado quando os líderes em Kazan endossaram uma proposta para um sistema de pagamento alternativo ao SWIFT, o sistema controlado pelos Estados Unidos, que seria o BCBI, Cross-Border

Payment Initiative, Iniciativa de Pagamento Transfronteiriço dos BRICS, com um mecanismo voluntário e não vinculante. Veja bem: voluntário e não vinculante. Ou seja, não é necessário que todos os países participem na primeira etapa. A Índia não quer participar? A Índia espera, enquanto aguardamos a decisão da Índia, prosseguimos com o conjunto dos BRICS. O aumento no número de países membros pode até, por outro lado, favorecer essa solução. Por quê? Porque com dez países, será possível formar um subconjunto maior e mais específico para criar uma iniciativa de uma parte dos BRICS, entende? E, aliás, por que não incluir países que não são membros dos BRICS? É possível.

A minha sugestão ao governo brasileiro e aos outros governos, foi que se retire o nome BRICS das iniciativas. Não precisa ser BRICS Iniciativa de Pagamento Transfronteiriço dos BRICS, não, Nova Iniciativa de Pagamento Transfronteiriço. Senão, fica-se preso aos donos da sigla, entende? Então, há coisas que precisam ser feitas, que são delicadas politicamente, e nós estamos com um Itamaraty inerte, sem imaginação – diplomatas, não quero usar uma palavra muito forte, mas vou

acabar usando: tacanhos, que não conseguem enxergar o básico. Então, estamos aí com a diplomacia de punhos de renda, uma baboseira constante do Itamaraty, e na Fazenda também, em menor medida. Na Fazenda, sim, ainda há algumas exceções, mas no Itamaraty, acho que não há nenhuma. No Ministério do Planejamento, nenhuma. No Banco Central, o Galípolo era para ser uma exceção, mas ainda não mostrou a que veio, entende? O Banco Central também tem incidência sobre esses assuntos, BRICS, por isso estou dizendo. Então, existem possibilidades, mas não estamos aproveitando.

- Nessa questão mais histórica, política, para nós que estamos no espaço de esquerda, quando falamos sobre esse processo de dolarização e de erosão etc., como é que podemos dialogar com esses outros atores que continuam batendo continência para a bandeira estadunidense? Como é que nós, de esquerda, podemos estabelecer esse diálogo com esse pessoal? Você pode dar dicas?

- Olha, esse tema da desdolarização é natural não só para a esquerda, mas para todos os nacionalistas no mundo, que não são necessariamente de esquerda. Por quê? Porque o dólar, não vamos esquecer, é a moeda do país que mais estrago fez no mundo desde a Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos. Não há nenhum outro país no mundo que tenha feito tanto estrago. Jogou duas bombas atômicas, interveio em dezenas de países, derrubou governos, adotou medidas coercitivas, usando, inclusive, o dólar e o sistema de pagamentos que eles controlam, chamado SWIFT. Quem fez tudo isso? Os Estados Unidos. Se a moeda deles perde expressão, se eles, americanos, perdem a expressão, nós só pode-

mos dar boas-vindas a isso, desde que não seja aquela esquerda identitária, que nada tem de geopolítica, que também existe. Mas, se houver uma esquerda que entende de geopolítica, que percebe que estamos num mundo, uma espécie de mudança de era, porque está acabando a hegemonia da civilização do Atlântico Norte, que durou séculos, remonta, pelo menos, à Revolução Industrial inglesa. Durante séculos, os europeus, depois os americanos, acos-

“Essa financeirização da economia criou um monstro que suga recursos da produção real e concentra renda de forma obscena”

tumaram-se a dar ordens. Isso está acabando.

Não está acabando instantaneamente, mas erodindo dessas forças internacionais. É muito visível. Ótimo, porque nada de decisivo ganhamos com a hegemonia americana e europeia. Portanto, para um país como o Brasil, isso é muito bem-vindo, para a esquerda brasileira também deve ser bem-vindo. Sem confusão, porque aí entram um pouco as discussões... Não sei se estou

confundindo a sua pergunta, mas fica uma discussão sobre ditadura e democracia. Ah, Lula não devia visitar ditadores como Putin e Xi Jinping. Quando visitamos a África Saudita, ninguém fala nisso. Está certo? Quando os Estados Unidos visitam a África Saudita, está perfeito. Quando é a China...

- Leva um avião novo para casa, todo mundo comemora também.

- É o cúmulo do ridículo. Então, não sei se você concorda comigo, mas eu penso o seguinte: o Brasil não tem nada que se meter com o regime político dos outros. A Rússia tem um regime político? Nós temos relações com a Rússia? O Brasil vai se relacionar com a Rússia? O Lula vai poder visitar Putin? Seja qual for o sistema, a mesma coisa se aplica à China. Nós não vamos querer dar palpite em um sistema político chinês e ensinar democracia para ninguém. Nós temos relações econômicas e políticas importantes com a China e com a Rússia. Agora, ele se aplica à Venezuela, onde o governo Lula errou feio, querendo se meter no processo político venezuelano, dando palpite, pedindo atas, interferindo. Não é o nosso papel. A Venezuela resolve seus problemas, a China resolve seus problemas, a Rússia resolve seus problemas, e nós resolvemos os nossos, dispensando ajuda externa, porque essa ajuda nunca vem de graça.

- Professor, para quem não é do ramo, economia é sempre uma coisa muito difícil, árida, deve ser o que um economista mais ouve, que economia é um tema árido. Esse conceito de tecnofeudalismo me parece, que não sou uma pessoa do ramo, bem palatável e acessível. Tem uma crítica também contra a esquerda de que não falamos mais sobre socialismo, de que deixa-

mos de usar a palavra socialismo. Então, queria insistir nessa teoria, se o senhor conhece, se o senhor acha que isso pode representar uma mudança de paradigma. Do ponto de vista histórico, será que é possível criarmos formas de explicar o momento presente nessa perspectiva de um mundo multilateral, que é um tema muito presente na nossa realidade?

- Pergunta difícil, você está pedindo para eu abordar o globo. Uma abordagem nova? Não sei se temos uma abordagem nova em nível global, sabe? Não creio que haja isso. Pode haver acertos parciais entre países que propõem abordagens diferentes. Mas não tenho a menor expectativa de que se possa fazer uma reforma da arquitetura internacional. Embora eu tenha mencionado isso no início da nossa conversa, é pura utopia. Por quê? Porque a arquitetura financeira, econômica e monetária internacional que hoje existe, criada pelos Estados Unidos e por seus aliados mais próximos, não tem maleabilidade alguma. Os americanos não têm interesse em mexer nisso. Ao contrário, se mexerem, vai piorar. Então, países como o Brasil teriam que participar de grupos de países de pensamento semelhante, que poderiam oferecer alternativas plurilaterais a isso. Então, por exemplo, o Banco Mundial não funciona bem? Criou-se um novo Banco de Desenvolvimento, presidido pela Dilma, que não está indo tão bem, mas já existe, tem dez anos de existência, fomos fundadores desse banco, é uma instituição concreta que pode se desenvolver. Então, nós não estamos contentes com o sistema de pagamentos que os americanos controlam, que os europeus controlam, o SWIFT? Criemos, então, um sistema de transações em moedas nacionais que bypass o SWIFT. Entende? Isso não é a revolução global do

socialismo, mas é uma coisa importante para diminuir a volatilidade, a vulnerabilidade dos nossos países ao arbítrio dos Estados Unidos e dos europeus. Não se esqueça, que a Rússia teve cerca de US\$ 300 bilhões de suas reservas, congeladas por europeus e norte-americanos, US\$ 300 bilhões, quando da invasão da Ucrânia. Não há mais respeito por nada.

- E toda hora tem novas sanções que são aplicadas pela Comissão Europeia, é uma coisa permanente...

- Essas sanções nem têm fun-

“Não adianta regular bancos nacionalmente quando o sistema opera globalmente sem freios éticos ou democráticos”

cionado muito bem, como você sabe, a Rússia continua bem economicamente, mas não é brincadeira. O que acontece quando um país como a Rússia tem US\$ 300 bilhões de reservas confiscadas, congeladas? A China, que tem mais reservas ainda em dólares e euros, fica preocupada e começa a retirar os seus recursos de lá. O

que o Brasil está fazendo? Eu queria saber como está a distribuição das nossas reservas, que também são expressivas e que não podem ficar vulneráveis. Então, nós temos de ter uma diversificação monetária das nossas reservas também, porque não podemos confiar na boa vontade estadunidense. Ou podemos?

- Professor, eu queria fechar essa entrevista falando de um assunto pessoal, que é o seu pai. O senhor tem muita admiração por ele, enfim, é uma figura importante da diplomacia e para a história do Brasil, negociou acordos etc. Como é que o senhor acha que ele estaria vendo esse momento mundial e como é que o senhor acha que ele estaria aconselhando o Brasil nesse momento?

- De vez em quando ele conversa comigo... Meu pai, falecido em 1994, deixou um legado muito importante, tanto em realizações quanto em publicações, o mais importante deles é seu trabalho sobre o Consenso de Washington e os problemas da América Latina, concluído pouco antes de sua morte. Acredito que, se vivo, ele estaria muito decepcionado com o Itamaraty, digo isso por conta própria, mas tenho quase certeza que ele concordaria... O Itamaraty, que outrora foi um serviço diplomático de excelência mundial, hoje se tornou uma burocracia medíocre, irreconhecível. Diplomatas como meu pai, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Ítalo Zappa e outros não mereciam ver essa transformação. Menciono isso com tristeza. Gostaria que o exemplo de meu pai fosse mais conhecido e valorizado no Brasil. Pelo menos para mim serve, ele sempre, mas eu gostaria que meu pai fosse mais conhecido, porque no Brasil os grandes brasileiros são esquecidos, e não são, a meu ver, suficientemente lembrados. ■



Atividade econômica cresce 1,3% no 1º trimestre e consolida retomada

Nova alta do IBC-Br confirma tendência positiva da economia brasileira; real se valoriza e plano de economia circular é aprovado

Henrique Nunes

A atividade econômica brasileira registrou crescimento de 1,3% no primeiro trimestre de 2025, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (19) pelo Banco Central (BC). O resultado confirma o bom momento da economia e reforça a tendência de retomada do desenvolvimento nacional.

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), ajustado sazonalmente, subiu 1,3% de janeiro a março na comparação com o último trimestre de 2024. Em relação ao mesmo período do ano passado, o avanço foi de 3,7%, sem ajuste. Considerando apenas o mês de março, o índice teve alta de 0,8% sobre fevereiro e de 3,5% frente a março de 2024.

No acumulado de 2025, o IBC-Br registra crescimento de 3,7%. Nos últimos 12 meses, o avanço é de 4,2%.

O que é o IBC-Br

O IBC-Br é uma ferramenta do Banco Central para avaliar a evolução da atividade econômica no curto prazo. Ele serve de referência para as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,75% ao ano.

O índice considera dados dos principais setores produtivos – indústria, comércio, serviços e agropecuária –, além da arrecadação de impostos. Embora seja usado como um termômetro da economia, o IBC-Br não substitui o Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo IBGE com metodologia distinta.

Juros, inflação e crescimento

A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação. Juros mais altos desestimulam o consumo e ajudam a conter a alta dos preços, mas podem desacelerar a economia. Já uma taxa menor tende a baratear o crédito, estimulando produção e consumo.

Segundo o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (14), a expectativa do mercado financeiro para o crescimento do PIB em 2025 subiu de 1,97% para 1,98%. Para 2026, a projeção foi de 1,6% para 1,61%. Para 2027 e 2028, o mercado mantém expectativa de crescimento de 2% ao ano.

Em 2024, o PIB brasileiro cresceu 3,4%, o quarto ano seguido de alta. Foi o melhor desempenho desde 2021, quando a economia avançou 4,8%.

Real entre as moedas que mais se valorizam

A valorização do real é outro sinal de confiança no país. Até 13 de maio, a moeda brasileira acumulava alta de 10,1% frente ao dólar, segundo a agência de classificação de risco Austin Rating. Com esse desempenho, o real ocupa a quarta colocação entre as moedas que mais se fortaleceram no ano, atrás apenas da coroa sueca (13,5%), do cedi ganês (16,6%) e do rublo russo (34,2%).

O dólar comercial está cotado na faixa dos R\$ 5,60 – o menor nível do ano e o mais baixo em sete meses. A queda é atribuída à forte entrada de capital estrangeiro no país, especialmente em maio.

Economia circular: novo plano aprovado

A 2ª reunião do Fórum Nacional de Economia Circular, realizada em 8 de maio pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), aprovou o Plano Nacional de Economia Circular. O documento define 18 objetivos e mais de 70 ações para os próximos dez anos, consolidando a transição de um modelo linear para uma economia sustentável e regenerativa.

“O plano representa um momento histórico para nossa economia”, afirmou o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg. “Estamos saindo de um sistema que consome e descarta para um que reaproveita e regenera.”

A proposta foi construída com base em 1.627 contribuições colhidas durante consulta pública. A aprovação antecede a realização do Fórum Mundial de Economia Circular, que acontece pela primeira vez na América do Sul, entre os dias 13 e 16 de maio, em São Paulo. ■

Sinais de retomada econômica no Brasil – 1º trimestre de 2025

Fator	Destaque
Crescimento da atividade	IBC-Br sobe 1,3% no trimestre e 3,7% no ano, indicando expansão consistente.
PIB em alta	Economia cresceu 3,4% em 2024, quarto ano seguido de crescimento.
Projeções positivas	Mercado eleva previsão do PIB para 2025 (1,98%) e 2026 (1,61%).
Moeda valorizada	Real acumula valorização de 10,1% frente ao dólar até maio.
Atração de capital estrangeiro	Entrada de recursos externos pressiona dólar para baixo.
Sustentabilidade em pauta	Plano Nacional de Economia Circular é aprovado com 70 ações para 10 anos.

Entenda os Indicadores: Selic, Inflação e IBC-Br

Esses indicadores se conectam: o IBC-Br mostra se a economia está aquecida ou desaquecida. O Banco Central usa esses dados para ajustar a Selic e tentar manter a inflação sob controle. O equilíbrio entre esses três elementos é essencial para um crescimento sustentável.

Termo	O que é	Para que serve
Selic	É a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.	Serve para controlar a inflação. Juros mais altos reduzem o consumo e ajudam a conter a alta de preços. Juros mais baixos estimulam a economia.
Inflação	É o aumento geral e contínuo dos preços de bens e serviços.	Indica a perda do poder de compra da moeda. O controle da inflação é fundamental para a estabilidade econômica.
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central.	Funciona como um termômetro da economia e ajuda o BC a decidir a taxa Selic. Mede a evolução da atividade econômica com base em dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária.

A falácia do IOF e a urgência da justiça fiscal: por que taxar o mercado é necessário?

Por Pedro Henrichs

Em tempos de crise fiscal e demandas sociais crescentes, os governos frequentemente se deparam com a difícil tarefa de aumentar a arrecadação sem comprometer a atividade econômica ou aprofundar desigualdades. No Brasil, essa tensão ganhou novo fôlego com o recente aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), medida justificada como necessária para garantir equilíbrio fiscal, mas que expõe contradições estruturais da política tributária nacional. Enquanto isso, a proposta de tributar os super-ricos tema amplamente debatido e apoiado internacionalmente segue estagnada no Congresso Nacional.

A disparidade entre quem paga impostos e quem deveria pagá-los revela um modelo regressivo, injusto e politicamente míope. Como advertiu Gabriel Zucman, economista francês defensor da taxa das grandes fortunas, o ônus da arrecadação está recaindo sobre os ombros errados. A decisão do governo brasileiro de poupar setores privilegiados do mercado financeiro ao mesmo tempo em que penaliza o consumo e a produção ilustra essa inversão de prioridades.

O IOF incide sobre operações de crédito, câmbio, seguros e investimentos. Sua elevação,

anunciada de forma unilateral pelo Executivo, sem consulta ao Legislativo ou aos setores diretamente afetados, comprometeu a previsibilidade tributária e desestimulou a atividade econômica. Em um contexto de recuperação econômica pós-pandemia, a medida tornou mais caro o acesso ao crédito, encareceu os seguros e desincentivou investimentos produtivos.

De acordo com nota técnica das confederações industriais e comerciais brasileiras, o aumento compromete a competitividade e fere o princípio da neutralidade tributária. Ao invés de estimular a produção, o consumo e o investimento motores clássicos do crescimento o governo optou por medidas que penalizam exatamente quem mais depende de instrumentos financeiros básicos: pequenas e médias empresas, trabalhadores autônomos e consumidores.

Mais grave ainda é o fato de que, enquanto o aumento do IOF incide sobre setores amplos da sociedade, o mercado financeiro de alta renda especialmente os fundos exclusivos e as offshores continua sendo protegido de forma sistemática. Em outras palavras, quem mais poderia contribuir permanece blindado, enquanto a maioria arca com o ônus.

A resposta à medida não tardou. No Congresso, parlamentares da base governista e da oposição criticaram duramente a ausência de diálogo e a forma

autoritária da implementação. Propostas de revogação foram protocoladas, e audiências públicas organizadas para debater os impactos econômicos e sociais da medida.

Organizações da sociedade civil, como sindicatos e movimentos sociais, denunciaram o caráter regressivo da medida, que recai com mais força sobre os pobres. A CUT, por exemplo, afirmou que “a conta não pode continuar sendo paga pelos trabalhadores”. Já economistas progressistas alertaram para o risco de agravamento da crise de confiança no governo, que comprometeria a aprovação de reformas mais estruturais no futuro.

No setor produtivo, a reação também foi negativa. Aumentos nos custos de operação, perda de competitividade internacional e retração do consumo interno foram algumas das principais queixas. Em um país que já ostenta uma das cargas tributárias mais complexas e desiguais do mundo, adicionar mais um fardo à classe produtiva soa como um tiro no pé.

Enquanto o IOF penaliza o consumo e os investimentos cotidianos, a tributação das grandes fortunas permanece travada. A proposta, que já foi apresentada diversas vezes no Congresso, enfrenta o poder de fogo de um lobby poderoso: o dos super-ricos.

No Brasil, apenas 0,1% da população concentra quase 50% da riqueza financeira. E, no entanto, essa elite paga proporcionalmen-

te menos impostos que os trabalhadores assalariados, devido a isenções sobre lucros e dividendos, ausência de tributos sobre patrimônio acumulado e estratégias de evasão legalizadas.

Mesmo no cenário internacional, bilionários têm se manifestado publicamente em favor da taxação de suas fortunas. Em Davos, mais de 250 milionários divulgaram carta aberta defendendo que sejam mais taxados, reconhecendo que a concentração extrema de riqueza é uma ameaça à democracia e à estabilidade social.

A proposta brasileira no G20, que prevê arrecadação de até US\$ 250 bilhões por ano com a taxação global dos super-ricos, representa um avanço conceitual. No entanto, internamente, ainda esbarramos na captura do Estado por interesses privados e na falta de coragem política.

Gabriel Zucman, em sua obra “The Hidden Wealth of Nations”, expõe com precisão cirúrgica como os sistemas tributários contemporâneos foram desenhados para blindar os mais ricos e transferir responsabilidades para os mais pobres. Ele propõe a criação de um cadastro mundial de ativos financeiros e a harmonização internacional da taxação de fortunas propostas que, embora audaciosas, encontram eco em demandas sociais legítimas.

Zucman argumenta que a evasão fiscal não é apenas um problema técnico, mas sobretudo ético e político. “Quando os super-ricos não pagam impostos, é o resto da população que paga”, resume ele, apontando para o desequilíbrio estrutural que sustenta a desigualdade global.

Platão, em “A República”, já alertava sobre os perigos de uma sociedade governada por interesses egoístas. Para o filósofo, a justiça deve ser o fundamento da vida política, e a indiferença

do povo à política resulta em sua dominação por elites que não servem ao bem comum. “O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam”, advertia.

Ambos os pensadores, separados por milênios, convergem em uma premissa comum: um sistema que permite a acumulação sem limites e a exclusão da maioria não é sustentável. A justiça fiscal, nesse sentido, não é apenas uma política pública, mas um imperativo moral.

A escolha de aumentar o IOF ao invés de enfrentar os privilégios dos mais ricos revela mais do que uma decisão técnica: expõe a fragilidade da coalizão governista, o medo de contrariar os interesses do mercado e a ausência de um projeto claro de transformação tributária.

O Brasil perdeu uma oportunidade estratégica de liderar, interna e externamente, uma agenda de justiça fiscal robusta. Com o capital político acumulado no início do mandato, o governo poderia ter priorizado a regulamentação da taxação de grandes fortunas, a revisão de isenções indevidas e o enfrentamento da evasão fiscal em paraísos fiscais.

Ao optar por uma solução paliativa e impopular, perdeu-se não apenas apoio social e político, mas também credibilidade. A consequência direta foi o fortalecimento de discursos conservadores que apontam o Estado como ineficiente e voraz, alimentando o ciclo de desconfiança institucional.

É possível e necessário construir um novo pacto tributário baseado em quatro eixos fundamentais:

Progressividade real, impostos devem incidir mais sobre quem ganha mais e acumula mais. Isso implica revisar isenções sobre lu-

ros e dividendos, tributar grandes fortunas e heranças, e rever os benefícios fiscais regressivos.

Transparência e simplicidade, a complexidade do sistema atual favorece a sonegação e a injustiça. A simplificação deve vir acompanhada de maior fiscalização e publicidade dos dados fiscais.

Participação popular, mudanças tributárias precisam ser discutidas com a sociedade. Conselhos, audiências e consultas públicas são essenciais para legitimar a reforma.

Alinhamento internacional, o Brasil deve liderar a construção de mecanismos multilaterais para combater a evasão fiscal global, adotando boas práticas e firmando compromissos com a justiça fiscal planetária.

Por fim, o aumento do IOF escancarou as distorções e fragilidades da política fiscal brasileira. Ao atacar o consumo e preservar os grandes patrimônios, a medida reforça um modelo regressivo que perpetua a desigualdade e mina a confiança nas instituições.

Se o objetivo é elevar a arrecadação e promover equilíbrio fiscal, é preciso mirar o alvo certo: o topo da pirâmide. É no mercado financeiro, nas grandes fortunas e nos setores blindados que está o potencial arrecadatário real e a obrigação moral de contribuir mais.

A justiça fiscal não é uma utopia ideológica. É uma exigência de qualquer sociedade que pretenda se organizar em torno de princípios republicanos. Como já advertiu Platão, a omissão política custa caro. E quando o Estado escolhe agradar os poderosos em detrimento da maioria, ele planta a semente de sua própria instabilidade.

É hora de escutar Zucman, olhar para Davos e refletir sobre a pergunta fundamental: de que lado da história queremos estar? ■



Debate e ato político marcam nova apresentação da pesquisa “As Classes Trabalhadoras”

Levantamento realizado pelo centro de análises formado por fundações partidárias mostra anseios e dificuldades enfrentadas por trabalhadores

Claudia Rocha

O Centro de Análise da Sociedade Brasileira, o CASB, realizou um evento de apresentação e debate da pesquisa “As Classes Trabalhadoras” na tarde desta segunda-feira (26), no auditório Carlito Maia, em um

espaço gerido pelo MST, que fica no prédio do Armazém do Campo em São Paulo.

O CASB é um grupo que reúne as fundações partidárias Perseu Abramo (PT), Lauro Campos e Marielle Franco (PSOL), Maurício Grabois (PCdoB) e a alemã Rosa Luxemburgo (Die Linke) com o objetivo de elaborar pesquisas, publicações e debates sobre assuntos relacionados aos desafios

enfrentados pelo campo democrático-popular.

Com a proposta de compreender o pensamento da atual classe trabalhadora, foi realizada, durante o ano de 2023, uma pesquisa em duas etapas, qualitativa e quantitativa, com trabalhadores de diferentes categorias, em uma amostragem baseada na população economicamente ativa.

Dentre os pontos constatados,

os principais dão conta de uma classe trabalhadora que se vê em situação de insegurança financeira, precarização e com preocupações crescentes sobre sua saúde e renda.

A renda é apontada como principal fator de preocupação para 60% dos entrevistados. A falta de proteção social em trabalhos autônomos também é considerado um ponto de atenção, com 64% dos participantes apontando como ponto negativo o medo de adoecer e ficar sem entradas financeiras. Sobre os benefícios consolidados da CLT, 79% gostariam de ter acesso ao FGTS e 69% ao seguro-desemprego.

Diferente do que é apontado pelo senso comum, amplamente propagado nas últimas eleições municipais, 67% dos entrevistados se identificaram como trabalhadores, e apenas 4% se apresentaram como empreendedores. De acordo com o detalhamento, na

faixa de renda menor é prevalente a nomenclatura “trabalhador autônomo”.

Na medição da simpatia dos trabalhadores à organização sindical, 19% nunca participou, mas gostaria e 14% diz que já participou de grupos de trabalhadores em redes sociais e outros tipos de associações, 33% se mostram dispostos a fazer contribuições financeiras.

Do ponto de vista da política institucional, 55% disseram se considerar invisíveis para o governo e a mesma parcela apontou que votaria em representantes de suas categorias e participariam de fóruns de escuta para a formulação de políticas públicas.

O debate

Participaram como comentaristas da pesquisa o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, a pesquisadora Cristina Marins, do Centro Brasileiro de Análise e

Planejamento (CEBRAP), e Arthur Henrique, consultor do projeto Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo e ex-presidente da CUT.

Segundo Marcio Pochmann, há uma insuficiência conceitual para tratar do tema do trabalho atualmente. De acordo com o presidente do IBGE, a visão de reconhecimento da luta por direitos ainda segue muito relacionada aos trabalhos que são realizados exclusivamente fora de casa. Isso exclui, não só quem realiza atividades consideradas novas no mercado, em negócios autônomos ligados à internet, por exemplo, como também o próprio trabalho doméstico, em funções de cuidado com os lares e com pessoas mais velhas da família. “Há uma agenda nova de direitos que ainda não foi identificada”, comenta o economista.

Neste sentido, a pesquisa do CASB, afirma Pochmann, ajuda a



Sergio Silva/PPA

compreender a insuficiência dos termos utilizados e fornece elementos para explicar a mudança da relação “capital x trabalho” para uma forma mais próxima do que ele nomeia como “débito x crédito”, que significa que o trabalhador está em busca de manter o estável o financiamento de sua condição de vida, mas agora, de uma maneira muito mais irregular. “Estamos em uma fase de transição, por isso esses conceitos precisam ser debatidos”, aponta.

Cristina Martins elogiou o levantamento por considerá-lo cuidadoso e com informações relevantes para a reflexão sobre o assunto. Ela ressaltou alguns pontos sobre o diálogo com os trabalhadores da base da pirâmide, que não se reconhecem na palavra “precarizado” e têm nas relações de trabalho fora do esquema assalariado um sentimento maior de liberdade para escapar de situações de assédio, em especial as mulheres.

A pesquisadora afirma que as trabalhadoras, como mostraram os dados, são mais sensíveis às possibilidades de luta coletiva, sendo mais abertas à participação sindical do que os homens. Sobre o trabalho de base junto aos trabalhadores, opina: “É preciso focar na reconstrução da confiança no sistema político a partir do reconhecimento dos limites que estão colocados”.

Arthur Henrique falou sobre o perigo da generalização da classe trabalhadora e pontuou a importância da realização de pesquisas como a desenvolvida pelo CASB. O consultor da FPA destacou o caráter de sobrevivência da classe trabalhadora no mundo do trabalho e ressaltou a chamada “viração”, com a predominância dos chamados “bicos”, muito comuns na realidade periférica.

Além disso, ele enfatizou os malefícios da Reforma Trabalhista encabeçada pelo ex-presidente

Michel Temer, que enfraqueceu os direitos trabalhistas consolidados e instituiu a cultura de contratação de mão de obra PJ (pessoa jurídica) nas empresas, abrindo as portas para a pejotização.

Ato político

No mesmo espaço, na parte da noite, foi realizado um ato público intitulado “Menos exploração, mais direitos” com a presença de representantes das fundações, centrais sindicais, governo fede-

**Pesquisa revela
realidade
da classe
trabalhadora e
inspira debate
e ato político
por direitos no
Brasil**

ral e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos.

O diretor da Fundação Perseu Abramo Carlos Árabe mediou o debate e ponderou a importância do tema do trabalho para a construção de maioria na sociedade, especialmente para combater o avanço da extrema direita.

Na primeira etapa da discussão, a presidente nacional do PSOL, Paula Coradi, comentou a

crise de representatividade política na população, e Igor Felipe, representando o MST, trouxe informações detalhadas sobre o processo de construção do Plebiscito Popular que será realizado com a pauta sobre a taxação das grandes fortunas e pela redução da jornada de trabalho.

Na segunda parte do ato, participaram o Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Guilherme Simões, Lígia Toneto, assessora de política econômica do Ministério da Fazenda, e Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese.

Lígia Toneto defendeu a proposta de reformular o Imposto de Renda e comentou a simplicidade para o entendimento geral - isenção para quem ganha até 5 mil por mês e o aumento de contribuição dos super ricos. “Além da questão de justiça social, o projeto é importante para a dinâmica econômica e ajuda no crescimento”, afirma.

A importância da proposta foi destacada também pela diretora-técnica do Dieese, Adriana Marcolino, que também trouxe dados referente às reformas trabalhistas mundo afora, que desregularam as jornadas de trabalho e alteraram os dispositivos de negociação do coletivo para o individual.

O Secretário Guilherme Simões lembrou que o conjunto da esquerda passou anos, no período pré e pós golpe, promovendo discussões sobre quem eram “nossos inimigos” e que, nos últimos anos, essa questão já ficou bastante esclarecida, portanto, o momento é de ação.

Sobre a pesquisa do CASB, Simões ressaltou que ela representa uma proposta que aponta caminhos otimistas de diálogo e que, com seu trabalho no governo federal, acredita contribuir com uma releitura dos sujeitos periféricos. ■



Marina Silva é atacada por senadores em comissão; “fui agredida”, afirma ministra

Senadores tentam silenciar Marina com ataques pessoais; Planalto denuncia ‘discurso de ódio’ e exige respeito às instituições

Redação Focus Brasil

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou na terça-feira (27) que se sentiu “agredida” durante uma sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado, em que foi chamada para falar da criação de unidades de preservação marinha na costa de estados amazônicos. O Governo Federal emitiu nota oficial repudiando os ataques, classificando as ofensas como “inaceitáveis” e reafirmando apoio à ministra.

Após quatro horas de sessão, onde recebeu ofensas que considerou machistas, Marina abando-

nou seu depoimento na comissão. Um de seus ofensores já tem, inclusive, uma representação no Conselho de Ética por dizer, em outra ocasião, que gostaria de enforcar a ministra.

“Olhando para a senhora, estou falando com a ministra, e não com uma mulher”, disse o senador Plínio Valério. “Eu sou as duas coisas”, respondeu Marina. “A mulher merece respeito, a ministra, não”, rebateu o senador. “Ou ele me pede desculpa, ou eu vou me retirar”, pontou a ministra.

O estopim para a saída da sessão veio após uma fala agressiva de outro senador. O presidente do colegiado, Marcos Rogério (PL-RO), ordenou que Marina “se pusesse no seu lugar” e desligou

“Ou ele se desculpa, ou eu me retiro”, reagiu Marina Silva a ofensas machistas na Comissão de Infraestrutura do Senado.

seu microfone repetidamente. A ministra reagiu:

“Meu lugar é o da defesa da democracia, do meio ambiente, do combate à desigualdade e da proteção da biodiversidade.”

O projeto da pasta do Meio Ambiente é criticado por senadores da oposição e até da base aliada, como PSD, que tem parlamentares como Lucas Barreto (AP) e Omar Aziz (AM) com interesses na exploração da região.

Governo e aliados repudiam ataques: “Violência política inaceitável”

Em nota oficial, o Palácio do Planalto classificou as ofensas como “atos de violência política que ferem a democracia”, destacando que “o respeito às instituições e às mulheres é não negociável”. Já a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que o episódio foi “imperdoável” e reforçou: “Não toleraremos discursos de ódio contra mulheres que defendem o país”. ■



PT aciona Conselho de Ética da Câmara pela cassação de Eduardo Bolsonaro, diz Lindbergh

Representação do PT alega que declarações do deputado ferem a democracia e pede cassação; caso será analisado pelo Conselho de Ética

Com informações da Agência PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou nesta quarta-feira (X) uma representação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados pedindo a cassação do mandato do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

A informação foi confirmada pelo líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ).

A ação se baseia em declarações recentes do parlamentar que, segundo o PT, configuram “ataque à democracia e apologia à violência”. Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, teria feito referências ao AI-5 durante discurso em evento público.

“Estamos cumprindo nosso dever de defender as instituições democráticas. Não podemos tolerar ameaças ao Estado Democrático de Direito vindas de quem deveria protegê-lo”, afirmou Lindbergh em nota divulgada pelo partido.

O caso será analisado pelo Conselho de Ética, que poderá recomendar à Câmara a abertura de processo de cassação. Esta é a terceira representação contra Eduardo Bolsonaro no atual mandato. ■



5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres tem site oficial no ar

Site da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres entra no ar com programação e diretrizes para debates sobre direitos femininos em 2025.

Redação Focus Brasil com Agência PT

Já está disponível para acesso o site oficial da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada em 2025 com o tema “Democracia, Autonomia e Igualdade para as Mulheres”. A plataforma contém todas as infor-

mações sobre o evento, incluindo programação, eixos temáticos e formas de participação.

A conferência, organizada pelo governo federal em parceria com movimentos sociais, visa construir políticas públicas para enfrentar desafios como violência de gênero, desigualdade no mercado de trabalho e garantia de direitos reprodutivos. As inscrições para delegadas e observadoras já estão

abertas, com etapas preparatórias previstas em todos os estados.

O documento-base com as diretrizes para os debates já pode ser acessado no site, que também servirá como hub para notícias e materiais de apoio durante o processo conferencial. A iniciativa marca a retomada desta política após anos de descontinuidade, alinhada aos compromissos do governo Lula com a agenda feminista. ■



Lula 
@LulaOficial

Já não se trata de direito de defesa, combater o terrorismo ou buscar a libertação dos reféns em poder do Hamas. O que vemos em Gaza hoje é vingança. O único objetivo da atual fase desse genocídio é privar os palestinos das condições mínimas de vida com vistas a expulsá-los de seu legítimo território.

Lula condena violência em Gaza e classifica ações como “vingança”

Presidente Lula denuncia violência em Gaza como ‘vingança’ e cobra ação internacional para conter crise humanitária que atinge civis palestinos

Redação Focus Brasil

Em pronunciamento recente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou a situação na Faixa de Gaza como um ato de “vingança” e condenou veementemente a escalada de violência na região. Segundo avaliação do mandatário brasileiro, o que se observa atualmente ultrapassa os limites de um conflito militar, configurando-se

como uma resposta desproporcional que atinge principalmente civis inocentes.

O presidente destacou o número alarmante de mortes entre a população palestina, incluindo mulheres e crianças, e reforçou a necessidade de um cessar-fogo imediato. Em sua análise, a crise humanitária em Gaza exige intervenção urgente da comunidade internacional para evitar mais tragédias.

Lula também reiterou o posicionamento histórico do Brasil em defesa da solução de dois Es-

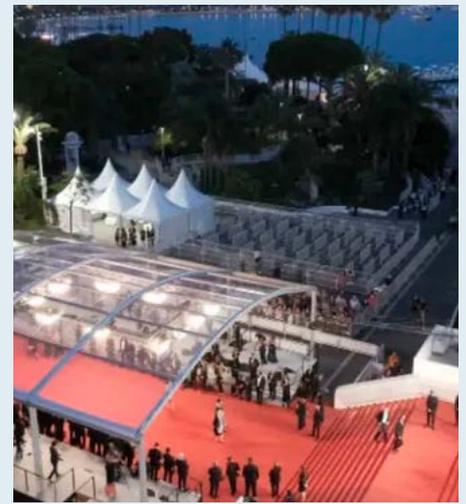
tados, com Palestina e Israel coexistindo em paz e segurança. O discurso reforça a postura diplomática brasileira de condenação a violações de direitos humanos e ao que considera como “políticas de extermínio”.

A declaração ocorre em meio ao agravamento do conflito, que já dura meses e mostra poucos sinais de resolução. O governo brasileiro tem se mantido ativo nos fóruns multilaterais, pressionando por negociações que priorizem a proteção de civis e o fim da ocupação. ■

A semana no mundo: Colômbia entra na Rota da Seda, Cannes apaga e França debate eutanásia

Acordo geopolítico entre China e Colômbia avança integração regional; ataque anarquista deixa Cannes no escuro; e França dá primeiro passo para legalizar a morte assistida

Organização: Fernanda Otero



Anarquistas franceses provocam apagão durante o Festival de Cannes

Sem explicar os motivos, dois grupos anarquistas reivindicaram a autoria de um apagão que deixou mais de 160 mil residências sem energia no sul da França no sábado (24), durante a cerimônia de encerramento do Festival de Cannes. O evento premiou o ator Wagner Moura pelo papel em *O Agente Secreto* e o diretor Kleber Mendonça Filho como melhor diretor da 78ª edição do festival. A cerimônia prosseguiu com uso de geradores.

O blecaute afetou a cidade de Nice, o festival e serviços essenciais como semáforos e caixas eletrônicas. No domingo (25), um segundo ataque foi registrado, atribuído a um incêndio criminoso em um transformador elétrico. Cerca de 45 mil residências ficaram sem energia, que foi restaurada horas depois.

Em carta anônima divulgada no mesmo dia, os grupos afirmaram: “O objetivo da ação não era apenas perturbar o festival, mas também privar todos os estabelecimentos industriais de eletricidade.”

Com informações do Euronews



China formaliza acordo com a Colômbia no cinturão da Nova Rota da Seda

A cooperação entre a China e a América Latina sob a estrutura da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), no âmbito da Nova Rota da Seda, foi formalizada pelo presidente Gustavo Petro durante a realização da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), em meados de maio. Entre os destaques está um acordo assinado entre a China e a Colômbia sobre cooperação no âmbito da BRI.

Durante a visita do presidente colombiano à China, os dois países assinaram um plano de coo-

peração para a construção conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI, marcando a adesão formal da Colômbia à iniciativa global proposta por Pequim.

Em visita a Pequim, o ministro de Minas e Energia da Colômbia, Edwin Palma, afirmou ao *Global Times* que o plano com a China promoverá o desenvolvimento nacional e permitirá que o país aproveite oportunidades em áreas como transporte e conectividade.

Com informações do *Global Times*



Assembleia da França aprova projeto sobre “fim da vida”

O parlamento francês aprovou um projeto de lei que visa legalizar a morte assistida, permitindo a eutanásia e o suicídio assistido sob condições consideradas rigorosas para os padrões europeus.

A proposta seguirá para o Senado e depois retornará à Câmara Baixa para segunda análise. A expectativa é que a lei não entre em vigor antes de 2026. O governo francês apresentou o projeto como “uma resposta ética à necessidade de apoiar pacientes e pessoas em sofrimento”, destacando que não se trata de criar um direito, mas de garantir autonomia individual.

O projeto — chamado de lei sobre “fim da vida” ou “ajuda a morrer” — recebeu apoio da maioria dos parlamentares da base de Emmanuel Macron e da esquerda. A direita e a extrema direita votaram majoritariamente contra.

Panorama europeu

A eutanásia ativa e o suicídio assistido são legais na Holanda e na Bélgica desde 2002. Em ambos os países, é exigido que um médico e um especialista independente confirmem o sofrimento insuportável e a ausência de perspectivas de melhora. Luxemburgo descriminalizou as práticas em

2009. A Áustria legalizou o suicídio assistido em 2022. Na Suíça, a eutanásia ativa é proibida, mas o suicídio assistido é legal desde os anos 1940.

A Espanha aprovou em 2021 uma lei permitindo a morte assistida para pacientes com doenças graves e incuráveis, com exigência de solicitação por escrito e análise por comitê médico.

Em outubro de 2024, o poeta, filósofo e compositor Antonio Ciceró optou pela morte assistida na Suíça após o diagnóstico de Alzheimer. Ele deixou uma carta de despedida aos amigos.

Com informações do The Guardian

29/05/1979

UNE renasce reivindicando democracia

Representantes de estudantes de todo o país elegem abertamente a primeira diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) depois de a entidade ter sido tornada ilegal pela Lei Suplicy, em 1964. O acontecimento coroa o esforço de reconstrução da entidade, que vinha ocorrendo desde 1977. Nesse período, dois encontros nacionais haviam sido brutalmente reprimidos em Belo Horizonte e São Paulo.

O 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes foi realizado no Centro de Convenções de Salvador, com a presença de líderes políticos e sindicais. A solenidade foi aberta pelo último presidente legal da UNE, o economista José Serra, que havia acabado de retornar do exílio. Uma cadeira vazia no palco da solenidade denunciava a morte do último presidente da entidade em sua fase clandestina, Honestino Guimarães, desaparecido desde 1973. O congresso elegeu Ruy César Costa da Silva para presidir a UNE.

O “Congresso da Reconstrução” marcou o auge da retomada do movimento estudantil, que havia retornado às ruas com grandes passeatas no começo de 1977. Nesse período foram organizadas entidades autônomas, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre Alexandre Vannucchi Leme, na USP, e as Uniões Estaduais de Estudantes. As principais palavras de ordem da UNE reconstruída defendiam o ensino público e gratuito e pediam a libertação de estudantes presos por atividades políticas e anistia ampla, geral e irrestrita para todos os presos, cassados, banidos e exilados.



24/05/2007

Hansenianos têm reparação histórica

O presidente Lula sanciona a Medida Provisória 373/2007, concedendo pensão vitalícia às pessoas com hanseníase que tenham sido submetidas, pelo governo, à internação e isolamento compulsórios em hospitais-colônia. O Brasil é o segundo país do mundo a adotar medida dessa natureza, depois do Japão.

O contágio da hanseníase (ou lepra, como se chamava antigamente) se dá somente após contato próximo e prolongado, ao contrário do perpetuado pelo senso comum. No entanto, desde a década de 1920 até meados dos anos 1980, as pessoas com diagnóstico da doença eram isoladas do convívio com a sociedade, obrigadas a se internar em hospitais-colônia, pejorativamente chamados de “leprosários”.

Muitas vezes as internações aconteciam à força, após buscas da Saúde pública em escolas e

locais de trabalho. Aos doentes, não era dado nem o direito de se despedir de seus familiares ou de reunir seus pertences. Crianças nascidas nos hospitais-colônia eram imediatamente separadas dos pais e enviadas a orfanatos e educandários próprios para elas. Essa política cruel só foi definitivamente extinta em 1986.

Ao estabelecer o direito à pensão reparatória, o Estado brasileiro assumia sua responsabilidade pelas violações sofridas por estes cidadãos. A MP — que seria convertida em setembro na Lei nº 11.520 — é fruto da articulação entre o governo federal e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), entidade com destaque histórico de luta.

Entre 2007 e 2010, seriam concedidas 6.057 pensões reparatórias, com custo aproximado de R\$200 milhões.



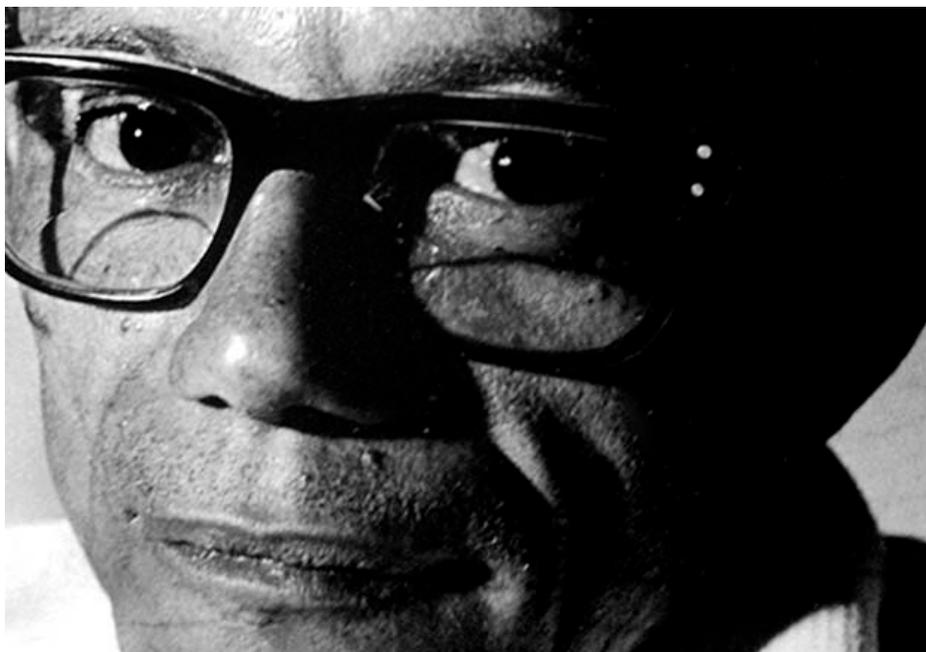
28/05/2003

CDES articulará governo e sociedade

Governo sanciona a Lei nº 10.683/2003, que cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O “Conselhão”, como é chamado, compõe-se de trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e lideranças expressivas de vários setores, com a finalidade de assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes, com base na relação entre governo e sociedade civil.

Por permitir articulação entre governo e diferentes setores da sociedade, o “Conselhão” contribuiria na elaboração de uma série de leis e políticas públicas, em diversas áreas: o projeto de lei das Parcerias Público-Privadas, a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a Agenda Nacional do Trabalho Decente.

O CDES também seria autor da proposta do Plano Plurianual 2008/2011 e teria contribuição decisiva na formulação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no respaldo a medidas sociais de combate às desigualdades.



29/05/1980

Morte aumenta a tensão no araguaia

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (PA), Raimundo Ferreira, o Gringo, é sequestrado, torturado e morto por pistoleiros. Gringo era ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na véspera do crime, o padre Ricardo Rezende, da CPT, havia denunciado em Brasília que seis líderes rurais do sul do Pará estavam jurados de morte por grileiros e grandes proprietários de terra. O enterro de Gringo foi acompanhado por cerca de 4 mil pessoas. O caso nunca foi apurado.

O assassinato do sindicalista chamou a atenção do governo para a explosão de conflitos de terra na confluência entre os rios Araguaia e Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio. Tratava-se da mesma região onde o Exército havia liquidado, em 1974, os últimos sobreviventes da guerrilha do Araguaia. O extermínio de 64 militantes do PCdoB não havia eliminado as causas verdadeiras

da tensão na área: a disputa de terras entre pequenos posseiros e os grandes pecuaristas e grileiros.

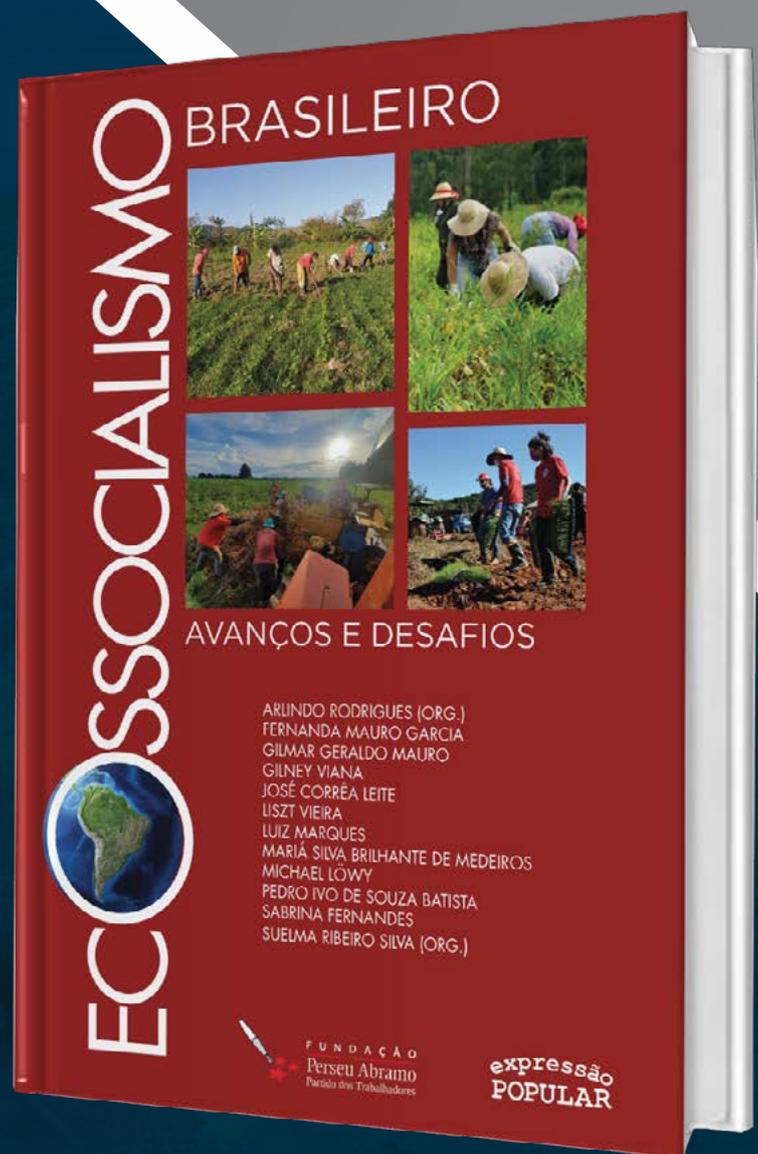
O conflito de terras na região passou a ser tratado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). O governo criou, em agosto, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), subordinado ao presidente do CSN, general Danilo Venturini, que também era chefe do Gabinete Militar. O Getat deveria cuidar da legitimação de posses, assentamento de agricultores e desapropriação de áreas rurais. Mas a tensão na área e a violência contra os trabalhadores só iriam aumentar nos anos seguintes.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**